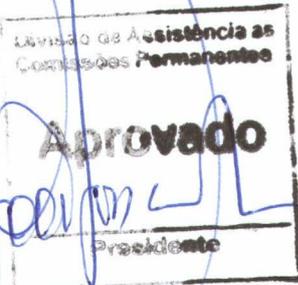




ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Casa de Eptácio Pessoa"  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2025.

Às treze horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário José Mariz da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves, realizou-se a 7ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Estiveram presentes os seguintes membros titulares: os deputados Chico Mendes, Bosco Carneiro, Danielle do Vale e Camila Toscano. Ausentaram-se os deputados Delegado Walber Virgolino e Felipe Leitão. A deputada Cida Ramos também participou da reunião. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano", o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para a leitura do ato de convocação, publicado em 15 de abril de 2025, bem como da ata da



5ª reunião ordinária da CCJR, realizada em 8 de abril. Em seguida, o Presidente colocou a ata em discussão e votação, sendo aprovada sem restrições, sem debates e por unanimidade. Após esses procedimentos, foi novamente concedida a palavra à secretária, que, para fins de registro, leu as matérias prejudicadas, constantes do item A da pauta, e as matérias sujeitas a despacho do presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação, contidas no item A.1. Na sequência, foram apreciadas as matérias do item B – MATÉRIAS QUE DISPENSAM DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: PLO nº 3735/2025 – Do Deputado Dr. Taciano Diniz – Declara de utilidade pública estadual a Associação de Doenças Raras – ASPADOR e dá outras providências. PLO nº 3869/2025 – Do Deputado Hervázio Bezerra – Reconhece de utilidade pública estadual a Associação das Lideranças dos Bairros de João Pessoa – ALCBJP-PB, localizada em João Pessoa – PB. PLO nº 4106/2025 – Do Deputado Hervázio Bezerra – Reconhece de utilidade pública estadual a Fundação Sociocultural Antônio Antas Diniz – FUNAAD, localizada no município de Manaíra – PB. PLO nº 4007/2025 – Do Deputado George Morais – Reconhece a “Associação Comunitária do Conjunto Nova Esperança (ACNE)” como instituição de utilidade pública. PLO nº 4142/2025 – Da Deputada Cida Ramos – Declara de utilidade pública estadual a Associação Mãos Amigas – Amor que Frutifica, sediada em João Pessoa – PB. A relatoria de todas as matérias foi atribuída à deputada Camila Toscano, que emitiu parecer favorável à constitucionalidade e aprovação dos projetos. Em discussão, não houve manifestação dos presentes; em votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi analisado o item C – VETOS: Veto nº 167/2024 – Do Governador Do Estado – Veto parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2300/2024, de autoria do deputado Wilson Filho, que "Cria o Estatuto da Pessoa com Fibromialgia no



Estado da Paraíba". O relator foi o deputado Chico Mendes, que apresentou parecer pela manutenção do veto parcial. O parecer foi posto em discussão, sem manifestações, e, em seguida, colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Veto nº 168/2024 – Do Governador do Estado – Veto parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.368/2023, de autoria da deputada Dra. Jane Panta, que institui mecanismos para a prevenção e o enfrentamento à violência institucional contra a mulher no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela manutenção do veto parcial. O parecer foi posto em discussão, sem manifestações, e, em seguida, colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Veto nº 170/2024 – Do Governador do Estado – Veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.103/2023, de autoria da deputada Jane Panta, que "Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos de emergência a crianças de zero a seis anos". A matéria foi retirada de pauta a pedido do relator, deputado Bosco Carneiro. Veto nº 171/2024 – Do Governador do Estado – Veto total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.129/2023, de autoria do deputado Dr. Romualdo, que "Cria a Política Estadual de Avaliação em Saúde dos Alunos do Ensino Médio das Escolas da Rede Pública Estadual da Paraíba". A relatoria foi do deputado Chico Mendes, que proferiu parecer pela manutenção do veto. O parecer foi posto em discussão, sem manifestações, e aprovado por unanimidade. Veto nº 172/2024 – Do Governador do Estado – Veto total por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público ao Projeto de Lei nº 841/2023, de autoria do deputado Michel Henrique, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da formação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para cuidadores que atuam no atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras



providências". A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela manutenção do veto. O parecer foi discutido, sem manifestações, e aprovado por unanimidade. Item D – PROJETOS DE LEI Nºs: PLO nº 287/2023 – Do Deputado Michel Henrique – Institui programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 548/2023 – Do Deputado Tanilson Soares – Institui a Delegacia de Proteção Animal – DPA e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 811/2023 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Institui o transporte coletivo gratuito para doadores de sangue, medula óssea, tecidos musculoesqueléticos e órgãos duplos no Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, também em substituição ao deputado Felipe Leitão, e proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve manifestações. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 983/2023 – Do Deputado George Morais – Dispõe sobre o percentual mínimo de unidades em Programas de Habitação Popular destinadas a mulheres chefes de família no Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com apresentação de emenda aditiva. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 1439/2023 – Do Deputado Inácio Falcão – Cria a política estadual de coleta de DNA de pessoas em situação de vulnerabilidade



e dá outras providências. A relatoria foi do deputado Bosco Carneiro, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 1459/2023 – Do Deputado Sargento Neto – Estabelece pontuação adicional no processo seletivo para mestrado e doutorado a candidatos que apresentarem certificado de habilitação em linguagem de sinais (Libras), no âmbito do Estado da Paraíba, conforme específica. A relatoria foi do deputado Chico Mendes, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 1721/2024 – Do Deputado Dr. Romualdo – Dispõe sobre sustentação oral em recursos administrativos perante os órgãos de trânsito no Estado da Paraíba. A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 2207/2024 – Do Deputado Galego Souza – Torna obrigatória a apresentação de certidões de antecedentes criminais para o recebimento de recursos públicos estaduais, e dá outras providências. A relatoria foi do deputado Bosco Carneiro, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, com emenda supressiva. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 2232/2024 – Da Deputada Lucinha Lima – Dispõe sobre a garantia de realização de atividades laborais compatíveis com a aptidão, formação, experiência e opinião das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), vedada sua discriminação, e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da



matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 2337/2024 – Do Deputado Anderson Monteiro – Determina que os veículos de comunicação de órgãos públicos do Estado da Paraíba divulguem, em suas plataformas digitais, rádio e televisão, informes sobre os cuidados com saúde mental. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 2399/2024 – Do Deputado Caio Roberto – Dispõe sobre a prestação de serviços de boletos com pagamento exclusivo em instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, na forma que menciona. A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 2432/2024 – Do Deputado Júnior Araújo – Dispõe sobre o Programa Estadual de Vacinação em Escolas Públicas e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Felipe Leitão, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 2449/2024 – Do Deputado Chió – Dispõe sobre a garantia de permanência de até dois acompanhantes para crianças, adolescentes ou adultos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e doenças raras nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Maternidades e demais Instituições Hospitalares da Rede Pública e Privada no Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Danielle do Vale, relatora substituta, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por



unanimidade. PLO nº 2485/2024 – Do Deputado Wilson Filho – Assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista o direito de ingresso e permanência de seu acompanhante terapêutico (AT) e/ou atendente pessoal (AP) nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A matéria foi retirada de pauta a pedido do deputado João Gonçalves, em virtude de um pedido de vista. PLO nº 2486/2024 – Do Deputado Wilson Filho – Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres. A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 2709/2024 – Do Deputado Dinho Papaleguas – Institui a Semana do Esporte Feminino no Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, relatora substituta, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 2841/2024 – Da Deputada Silvia Benjamin – Projeto de Lei que institui o “Selo Escola Amiga da Saúde Mental” no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 2941/2024 – Do Deputado Aron Andrade – Institui no âmbito do Estado da Paraíba o "Dia do Pediatra", e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Danielle do Vale, relatora substituta, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em discussão, não



houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

PLO nº 2980/2024 – Do Deputado João Paulo Segundo – Dispõe sobre a disponibilidade de oferta de postos de atendimento aos servidores municipais pelas instituições bancárias que adquirirem a folha de pagamento dos servidores. A relatoria foi do deputado João Gonçalves, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

PLO nº 3060/2024 – Do Deputado João Paulo Segundo – Dispõe sobre denominar Queimadas como a Cidade das Pedras, neste Estado. Pedido de vista ao deputado João Gonçalves.

PLO nº 3083/2024 – Da Deputada Cida Ramos – Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias/fornecedoras de água, gás e energia elétrica de oferecer ao consumidor a quitação de débitos pendentes por meio de PIX no ato do corte do serviço, no Estado da Paraíba. Matéria retirada de pauta a pedido da autora.

PLO nº 3356/2024 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Institui o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Danielle do Vale, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

PLO nº 3443/2024 – Do Deputado George Moraes – Institui o Programa de Saúde Suplementar no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

PLO nº 3357/2024 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate à Divulgação de Conteúdo Íntimo sem Consentimento da Mulher, conhecida como



“Revenge Porn”. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 3208/2024 – Da Deputada Silvia Benjamin – Projeto de Lei que estabelece medidas de proteção ao patrimônio financeiro das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica, e dá outras providências. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 3533/2024 – Do Deputado Júnior Araújo – Dispõe sobre a proibição de propaganda de sítios eletrônicos de conteúdo adulto em espaços públicos, como estádios, teatros, cinemas e outros, e dá outras providências. A relatoria foi do deputado Bosco Carneiro, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. PLO nº 3585/2025 – Do Deputado Adriano Galdino – Institui o tema transversal “A Importância do Pequeno Agricultor” nas escolas da rede pública estadual de nível médio do Estado da Paraíba, como parte integrante do currículo escolar, e dá outras providências. Pedido de vista concedido ao deputado Bosco Carneiro. PLO nº 3589/2025 – Do Deputado Adriano Galdino – Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de assentos nas primeiras filas das salas de aula para alunos com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria foi do deputado Chico Mendes, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria, com substitutivo. O parecer foi posto em discussão, mas não houve manifestações. Ato contínuo, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.



PLO nº 3626/2025 – Do Deputado Fábio Ramalho – Concede o ~~título de~~ Cidadão Paraibano ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Alagoa Nova, PB, Dr. Eronildo José Pereira. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 3649/2025 – Do Deputado Dr. Taciano Diniz – Reconhece a “Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição”, realizada no município de Água Branca, PB, como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 3731/2025 – Do Deputado Caio Roberto – Lei estadual de reconhecimento dos personal trainers como profissionais de saúde. A relatoria foi da deputada Camila Toscano, que proferiu parecer pela constitucionalidade da matéria. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. PLO nº 3732/2025 – Do Deputado Caio Roberto – Lei estadual de criação do selo de qualidade profissional para personal trainers. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3864/2025 – Do Deputado Gilbertinho – Institui a semana estadual de atenção ao diabetes do estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Dep. Felipe Leitão. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3866/2025 – Do Deputado Tanilson Soares – Institui o Programa "Tempo de Respeitar" de Política Estadual de Reeducação de autores de violência doméstica no estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator



proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3885/2025 – Da Deputada Cida Ramos – Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos para jurados do tribunal do júri, no estado da Paraíba. Relatora: Dep. Danielle do Vale. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3898/2025 – Do Deputado Márcio Roberto – Dispõe sobre a Inclusão da Cavalgada de São José de Espinharas no Calendário de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba. Relator: Dep. Bosco Carneiro. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3913/2025 – Do Deputado Tovar – Dispõe sobre a obrigatoriedade, por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém-nascidos com Síndrome de Down às Instituições, Entidades e Associações especializadas que desenvolvem atividades voltadas às pessoas com deficiência. Relator: Dep. Felipe Leitão. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3930/2025 – Do Deputado Chico Mendes – Inclui o art. 4º-A na Lei nº 12.911/2023 e dá outras providências. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3950/2025 – Do Deputado Branco Mendes – Institui o Dia do Pescador Artesanal e do Aquicultor no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora: Dep. Danielle do Vale. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3959/2025 – Do Deputado Sargento Neto – Denomina de penitenciária regional feminina “Professora Anayde Beiriz” a



unidade prisional regional feminina de Campina Grande-PB. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3963/2025 – Da Deputada Danielle Do Vale – Institui a Campanha Continuada de Repúdio aos Crimes de Violência Praticados Contra a Mulher “Conscientizando de Janeiro a Janeiro” no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Dep. Chico Mendes. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3975/2025 – Do Deputado Anderson Monteiro – Dispõe sobre o Combate ao Crime Contra a Dignidade Sexual no Esporte no âmbito do Estado da Paraíba. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 3979/2025 – Da Deputada Dra. Paula – Concede Título de Cidadão Paraibano ao artista plástico e escultor Jurandir de Oliveira Maciel. Relator: Dep. Chico Mendes. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4009/2025 – Do Deputado Michel Henrique – Dispõe sobre a iluminação de prédios públicos com a cor azul durante o mês de abril, em alusão ao mês de conscientização sobre o transtorno do espectro autista (TEA), no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. Relator: Dep. Chico Mendes. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4021/2025 – Do Deputado Sargento Neto – Institui a semana estadual de conscientização e enfrentamento da dependência tecnológica e dá outras providências. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4036/2025 – Do Deputado



Eduardo Carneiro – Cria o Programa Estadual de Fomento e Informação para a Interiorização dos Procons Municipais no Estado da Paraíba. Relator: Dep. Felipe Leitão. O relator proferiu parecer pela aprovação com apresentação de emendas. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4043/2025 – Do Deputado Galego Souza – Dispõe sobre a obrigatoriedade de acessibilidade nas agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado da Paraíba. Relator: Dep. Bosco Carneiro. O relator pediu a retirada de pauta. PLO nº 4063/2025 – Da Deputada Dra. Jane Panta – Institui o Programa Estadual de Atenção e Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas Empresas Paraibanas. Relator: Dep. Felipe Leitão. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4068/2025 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Institui a outorga do título de Cidadã Paraibana à cientista marinha Karina Massei. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4073/2025 – Do Deputado Dr. Romualdo – Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba, a Romaria do Cruzeiro da Virgem, realizada anualmente no município de Cabaceiras, e dá outras providências. Relator: Dep. Wallber Virgolino. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4079/2025 – Do Deputado Inácio Falcão – Dispõe sobre diretrizes para a valorização dos profissionais de vigilância privada no estado da Paraíba e dá outras providências. Relator: Dep. Chico Mendes. O relator proferiu parecer pela aprovação com emenda supressiva. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4091/2025 – Do Deputado Dr. Taciano Diniz – Concede o Título de Cidadão



Paraíba ao Advogado Francisco Glauberto Bezerra Junior. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4093/2025 – Do Deputado Jutay Meneses – Dispõe sobre a instituição da semana estadual da saúde do pescador e da pescadora artesanal no estado da Paraíba. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4094/2025 – Do Deputado Jutay Meneses – Institui a política estadual de valorização da pesca artesanal na Paraíba. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4100/2025 – Do Deputado João Gonçalves – Dispõe sobre o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes sob guarda provisória, no curso do processo de adoção, nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura, esporte e lazer do Estado da Paraíba. Relatora: Dep. Danielle do Vale. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4102/2025 – Do Deputado Del Wallber Virgolino – Estabelece diretrizes para o combate à violência contra a mulher no ambiente universitário no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4103/2025 – Do Deputado Del Wallber Virgolino – Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência de demandar e acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial, no âmbito do Estado da Paraíba. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator pediu vista da matéria. PLO nº 4110/2025 – Do Deputado Felipe Leitão – Dispõe sobre a obrigatoriedade de



empresas e operadoras de aplicativos que fornecem o serviço de “delivery” a realizarem a inspeção veicular do tipo motocicletas. Relator: Dep. Chico Mendes. O relator proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PLO nº 4111/2025 – Do Deputado Hervázio Bezerra – Dá a denominação de “Professora Dinalva Dantas de França” ao Ginásio do Lyceu Paraibano na cidade de João Pessoa/PB. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO N°s: 83/2023 – Do Deputado Bosco Carneiro – Concede a Medalha Epitácio Pessoa a Angelita Lucas dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. Relator: Dep. João Gonçalves. O relator proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. 333/2025 – Do Deputado Tovar Correia – Concede a Medalha Padre Inácio de Sousa Rolim – Padre Rolim à educadora Irmã Ana Lúcia dos Santos. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. 340/2025 – Do Deputado Luciano Cartaxo – Dispõe sobre a concessão da Medalha de Mérito Jornalístico ao jornalista Laerte Cerqueira. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. 364/2025 – Do Deputado Chico Mendes – Dispõe sobre a concessão da Medalha Dom Helder Câmara à Casa da Paz Maria de Nazaré, e dá outras providências. Relatora: Dep. Danielle do Vale. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. O presidente, deputado João Gonçalves, pediu a inclusão de 5 comendas na pauta. Projeto de Resolução 384/2025 – Do



Deputado João Gonçalves – Dispõe sobre a criação da Medalha Papa Francisco, destinada a religiosos que tenham se destacado por serviços prestados à sociedade paraibana, e dá outras providências. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. Projeto de Resolução 386/2025 – Do Deputado João Gonçalves – Concede a Medalha de Mérito Empresarial José Paiva Gadelha ao engenheiro Antônio Carlos de Teixeira Catão. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. Projeto de Resolução 387/2025 – Do Deputado João Gonçalves – Concede a Medalha de Mérito Empresarial José Paiva Gadelha à engenheira Carla Miller Melo Catão. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. Projeto de Resolução 383/2025 – Do Deputado João Gonçalves – Concede a Medalha de Epitácio Pessoa ao senhor Antônio Marcos Alves de Souza. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. Projeto de Resolução 385/2025 – Do Deputado João Gonçalves – Concede a Medalha de Mérito Empresarial José Paiva Gadelha ao empresário Túlio Ricardo Claudino Bezerra. Relatora: Dep. Camila Toscano. A relatora proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, aprovado. Em seguida, o deputado João Bosco Carneiro tomou posse da palavra. Ele utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa para registrar sua solidariedade ao presidente Adriano Galdino e esclarecer o processo de indicação de conselheiro ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Explicou que a indicação foi feita conforme o regimento interno da Casa,



passando pela análise e aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário, além de seguir os requisitos estabelecidos no artigo 73 da Constituição. Ressaltou que a única candidatura válida foi a da doutora Lana, por ter sido subscrita por mais de 12 deputados, conforme exigido. Declarou que não assinou o requerimento, mas votou favoravelmente tanto na comissão quanto no plenário. Afirmou que os documentos comprobatórios foram analisados e que os critérios objetivos e subjetivos foram atendidos, como formação superior, idoneidade moral e notório saber. Esclareceu que a ausência de arguição não comprometeu o processo, pois o artigo 242 do regimento previa a possibilidade, não a obrigatoriedade, dessa etapa. Destacou que a decisão foi tomada com base na legalidade e no respeito à tripartição dos poderes, como ocorre também em outras nomeações encaminhadas por órgãos como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. O deputado também repudiou as críticas e insinuações veiculadas na imprensa, que, segundo ele, tentaram deslegitimar o processo e atingir politicamente o deputado Adriano Galdino, por ser pai da indicada. Defendeu a honra e a trajetória da jovem indicada, assim como a atuação política do presidente da Assembleia, afirmando que não havia nenhum fato nos autos que desabonasse a candidatura. Por fim, reforçou que a CCJ e a Assembleia agiram dentro da legalidade e de forma transparente, e concluiu seu pronunciamento reafirmando sua responsabilidade e apoio ao presidente Adriano Galdino. Na sequência, o deputado Chico Mendes se acostou à fala do deputado Bosco Carneiro, considerando-a pertinente e necessária, e destacou a importância da harmonia e da independência entre os poderes, especialmente para a Assembleia Legislativa da Paraíba. Reafirmou que a Casa sempre tratou com respeito e seriedade as matérias oriundas de outros órgãos, como o Governo do Estado, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça. Declarou ter plena



convicção de que, em breve, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba concluiria o processo e daria posse à primeira mulher conselheira da história da instituição, um marco significativo num momento em que se luta por maior representatividade feminina nos espaços de poder. Ressaltou o orgulho da Assembleia por ter indicado uma mulher para o cargo e afirmou que esse ato representava um avanço e um compromisso com a igualdade de gênero. Ele mencionou a presença de parlamentares, inclusive da oposição, em uma recente visita ao Tribunal de Contas e expressou confiança de que muitos deputados e deputadas estariam presentes na posse da nova conselheira. Rejeitou qualquer alegação de pressa no processo, afirmando que a tramitação seguiu todos os prazos e etapas previstos no regimento interno, com o devido cuidado e estudo da matéria. Destacou o trabalho da CCJ, presidida pelo deputado João Gonçalves, e reafirmou que o que se assistia era o cumprimento do devido processo legal, ao contrário do que uma parcela da imprensa tentava insinuar. Afirmou que esteve com o governador João Azevêdo no dia da sessão para entregar a matéria aprovada pela Assembleia, e que o governador reconheceu a legitimidade e a autonomia da Casa no processo. Por fim, reiterou que o episódio demonstrava a continuidade de uma tradição de equilíbrio e respeito entre os poderes na Paraíba, e que a fala do deputado Bosco Carneiro foi justa ao defender o deputado Adriano Galdino, reforçando a união da Assembleia diante das críticas. Em seguida, o deputado Bosco Carneiro reiterou seu apoio à fala do deputado Chico Mendes e enfatizou a importância de respeitar a decisão da Assembleia Legislativa, que aprovou a indicação com 32 ou 33 votos favoráveis. Ressaltou que esse apoio expressava claramente a vontade do Poder Legislativo e que todos os critérios legais foram cumpridos. Reafirmou seu respeito pelas instituições, incluindo o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas do



Estado e o Poder Executivo, mencionando que o governador cumpriu seu papel ao efetuar a nomeação. Destacou que todos os trâmites legais foram seguidos e, com base em sua experiência, lembrou que já havia se posicionado contra a criação de outro tribunal de contas municipal, reconhecendo a importância e seriedade do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Por fim, agradeceu ao presidente e aos demais presentes pelo espaço, encerrando sua fala com um agradecimento. Ato contínuo, o deputado Chico Mendes concluiu sua fala destacando o gesto honrado do deputado Delegado Wallber Virgolino, que, embora tenha votado contra a indicação naquele momento histórico, teve a coragem de reconhecer e assumir sua posição. Além disso, destacou que o deputado, de maneira respeitosa, reconheceu que a Assembleia seguiu o devido processo legal de forma legítima e, mesmo sendo contra anteriormente, agora defendia a decisão da Casa e a indicação para o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Em seguida, o presidente da comissão, deputado João Gonçalves, afirmou que a Assembleia seguiu rigorosamente o que a lei determina, destacando que a CCJ incluiu a matéria em pauta e realizou discussões durante dois dias naquela semana. Ele mencionou que a candidata manifestou o desejo de prestar esclarecimentos, mas, conforme a lei, os membros da comissão decidiram dispensar sua participação no momento. Reconheceu que, sempre que surge uma vaga no Tribunal de Contas, há discussões intensas, especialmente quando envolve parentes de agentes políticos, mas reiterou que, acima de tudo, deve prevalecer o respeito à Assembleia e aos poderes envolvidos. Destacou ainda a confiança do deputado Adriano Galdino, que goza não apenas do respeito da Casa, mas também do povo paraibano. Agradeceu aos deputados presentes, como Bosco Carneiro, Chico Mendes, Daniela do Vale, Camila Toscano, e todos os membros da CCJ, e encerrou a presente sessão. Nada mais havendo a tratar, o



Presidente encerrou os trabalhos; o inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas, na íntegra. A presente ata foi devidamente lavrada e, após aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. Plenário José Mariz, João Pessoa, 22 de abril de 2025.

Deputado João Gonçalves

Presidente